



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SÃO JOSÉ, REALIZADA NO DIA 06 DE ABRIL DE 2026.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Associação Esportiva São José (AESJ), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.211.893/0001-46, e realizada no dia 06 de abril de 2026, às 19:45 em primeira chamada, no salão “**Celio Vaz de Lima**”, nas dependências do Clube de Campo Santa Rita, que contou com a presença de 32 (trinta e dois) conselheiros: Ahed Said Amim, Aldari Raimundo Figueiredo, Célio Vaz de Lima Filho, João Frigi Neto, Jorge Cursino dos Santos, José Feris Assad, Wagner Techelsk, Rui Marson, Rui Marson Filho, Sergio Antonio Monteiro Santos, Vitor Chuster, Rossano Marello, Sebastião Claudio Blanch, Vitor Alessandro Paiva Porto, José Benedito Machado Vendramini, Jandir Bertolini Sobrinho, Wilson Toyama, Alan Techelsk, Jose Renato Marreto, Almir Fernandes, André dos S. G. da Cruz, Umberto Ghilarducci Neto, Reinaldo Bispo, Marcelo Antonio Veneziani, Júlio César Carvalho Diniz, Abilio Augusto Cepeda Neto, José Nabuco Sobrinho, Helio Donizetti Carlotto, Leandro Villar, Rogerio Cyborg de M. Castro, Eduardo Junqueira Neves e Rubens Pereira de Vasconcelos Filho. Dos conselheiros convocados, justificaram ausência Luiz Bueno de Camargo, Nelson Celidônio Melo, Sérgio Beig, Edvaldo Cardozo de Araujo e Daniel G. Bueno de Camargo. Estando a mesa assim constituída: Presidente Vitor Porto, Vice Presidente ‘ad hoc’ Rui Marson Filho, 1º Secretário Wilson Toyama e 2º Secretário Júlio Diniz, a reunião foi iniciada em segunda chamada às 20h05. O Presidente Vitor Porto agradeceu a presença dos conselheiros, membros da Diretoria Executiva e convidados, e abriu a reunião com as formalidades habituais solicitando o auxílio Divino na condução dos trabalhos e solicitou ao conselheiro Sergio Monteiro que elencasse os feitos do falecido Sr. Wilson Bombarda, o conselheiro Sergio Monteiro lembrou que ele havia sido jogador de basquete nos anos 1950 a 1956 quando foi o porta bandeiras da delegação olímpica brasileira em Melbourne, e que ele havia sido professor do ITA época em que criou uma equipe de atletismo de alta performance, e que havia sido também o técnico de uma das maiores equipes de vôlei da cidade de São José dos Campos, o sexteto brasa, e que ele havia nos deixado aos 95 (noventa e cinco) anos de idade, e finalizou dizendo que ele havia ajudado muito a AESJ, em seguida o Presidente Vitor Porto pediu para que todos os presentes se levantassem para uma homenagem de 1 minuto de silêncio em memória do Sr. Wilson Bombarda, ao final da homenagem lembrou os aniversariantes dos meses de março e abril desejando a todos os votos de muita paz, saúde e felicidades, e prosseguiu a reunião abrindo a agenda do dia. **Informações de interesse geral.** O Presidente Vitor Porto abriu a palavra ao plenário do Conselho Deliberativo, o conselheiro Rossano comunicou que havíamos recebido a visita do Padre Antonio Maria que havia abençoado o nosso querido Clube de Campo Santa Rita, o conselheiro Jandir mencionou que na última reunião extraordinária do dia 12 de março de 2026 havia sido impedido de deliberar e votar de acordo com o artigo 73 parágrafo 3 do estatuto da AESJ, por ele ter sido membro da diretoria executiva, no entanto, ponderou que a sua participação não infringiria o estatuto social visto que o tema em discussão não tinha relação com o balanço financeiro da AESJ, o conselheiro Ahed, comentou que havia *ficado muito contente e admirado pois teve de dar três voltas no estacionamento para encontrar uma vaga e que a muito tempo não via o estacionamento tão lotado numa segunda feira à noite*, dizendo que isso teria sido baseado em seu longo período como frequentador, desde 1946, comentou ainda sobre a surpresa de verificar que tantas



atividades estariam sendo usufruídas pelos associados, comentou que sua filha frequenta a academia todos os dias, com horário marcado devido à quantidade de associados utilizando a academia e pediu que os conselheiros refletissem se eles já haviam presenciado, em outras épocas, uma diretoria executiva que havia promovida a mesma quantidade de atividades na AESJ, e sem outras informações o Presidente Vitor Porto comentou que a pauta da reunião estaria extensa, e propôs a alteração da sequência dos tópicos da pauta da seguinte maneira: o item **g)** seria colocado antes dos itens **e)** e **f)**, pois, desta maneira, teríamos a maior disponibilidade da Sra. Eliane Maia, do escritório de contabilidade da AESJ, em seguida o Presidente Vitor Porto colocou a sua sugestão de alteração da sequência dos itens da agenda em votação, sendo a sua sugestão aprovada por unanimidade, e convidou a Sra. Eliane Maia, e o Sr. Carlos, presidente do Conselho Fiscal, para se juntarem à mesa para responderem aos possíveis questionamentos do plenário do Conselho Deliberativo da AESJ, e iniciou pauta da reunião conforme acordado. **a) Conhecer e aprovar** a ata da reunião ordinária de 02 de fevereiro/2026 conforme Art.67, inc. V do Estatuto Social, o Presidente Vitor Porto abriu a palavra ao plenário para as possíveis contestações, e sem comentários a ata foi aprovada por unanimidade. **b) Conhecer e aprovar** a ata da reunião extraordinária de 12 de março/2026 conforme Art.67, inc. V do Estatuto Social, o Presidente Vitor Porto abriu a palavra ao plenário para as possíveis contestações, o conselheiro Andre sugeriu que fosse eliminado um fato estanho ao objeto da ata e procedeu à leitura do trecho da ata a ser eliminado, o Presidente Vitor Porto colocou a sugestão do conselheiro Andre em votação e a sugestão foi aprovada por unanimidade, e sem outras contestações a ata que seria modificada foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. **c) Conhecer e aprovar** a ata da reunião extraordinária de 16 de março/2026 conforme Art.67, inc. V do Estatuto Social, o Presidente Vitor Porto abriu a palavra ao plenário para as possíveis contestações, e alguns conselheiros reportaram que não haviam estado presentes o que poderia ser verificado na lista dos participantes da reunião, em seguida a ata da reunião extraordinária de 16 de março/2026 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. **d) Conhecer** os balancetes financeiros dos meses de dezembro/2025 e janeiro/2026, conforme Art.67, inc. "V" do Estatuto Social. item 73 parágrafo 3, o Presidente Vitor Porto abriu a palavra ao plenário e sem contestações os balancetes financeiros foram dados como conhecidos, e conforme aprovado anteriormente passamos a tratar do item. **g) Apreciar, debater e deliberar** o Relatório e Balanço Financeiro 2025 conforme parecer do Conselho Fiscal e parecer da Comissão de Finanças, inciso V do artigo 67 do Estatuto Social, aprovar ou rejeitar as contas do Exercício 2025, o Presidente Vitor Porto informou que os conselheiros haviam tido acesso às atas do Conselho Fiscal e da Comissão de Finanças, e que na reunião do dia 10 de março de 2026 o Conselho Fiscal havia deixado as contas pendentes de aprovação por falta de apresentação dos documentos requeridos e impedimentos para realizar as atividades de fiscalização, e convidou a Sra. Eliane Maia, contadora da AESJ, a fazer os esclarecimentos sobre os balanços fiscais de 2025, que iniciou seus esclarecimentos informado que presta esse tipo de serviço a mais de 10 (dez) anos para a AESJ e parabenizou o clube pela participação dos associados nas atividades oferecidas pela ASEJ, em seguida passou o total de ingresso de R\$19.473.346,37 (dezenove milhões quatrocentos e setenta e três mil trezentos e quarenta e seis Reais e trinta e sete centavos), sendo as principais



receitas as mensalidades e taxas, e o total de despesas de R\$18.009.590,21 (dezoito milhões nove mil quinhentos e noventa Reais e vinte e um centavos), gerando um superavit em 2025 de R\$1.463.756,16 (um milhão quatrocentos e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e seis Reais e dezesseis centavos), e finalizou seu esclarecimento se colocando à disposição dos conselheiros em caso de quaisquer dúvidas, o Presidente Vitor Porto agradeceu os esclarecimentos e abriu a palavra ao plenário do conselho, o conselheiro Sergio Monteiro lembrou que a pendência de aprovação do Conselho Fiscal na reunião no final de março foi, principalmente, devido à ausência de uma série de documentos, e que estes documentos não haviam sido entregues devido as férias da colaboradora Renata, lembrou, ainda, que o balancete de dezembro de 2025 havia sido aprovado, e frisou que os documentos solicitados haviam sido entregues, mas que a Conselho Fiscal não havia tido tempo hábil para a análise destes documentos, e sugeriu que a Conselho Fiscal pudesse avaliar os documentos antes do posicionamento final, neste instante a Sra. Eliana Maia, contadora da AESJ, se manifestou dizendo que o escritório de contabilidade teria todos os documentos contábeis e que estes poderiam ser disponibilizados tanto para o Conselho Fiscal quanto para os conselheiros, e reforçou que não existem lançamentos fiscais sem as devidas documentações e ficou em dúvida sobre o motivo de ter as aprovações dos balancetes durante o ano de 2025 e não ter a aprovação do balanço do ano de 2025, o Presidente Vitor Porto comentou que o Conselho Fiscal estaria observando potenciais irregularidades no processo de compras, e que não haviam mencionado erros contábeis, o conselheiro Ahed ponderou que tendo em vista a aprovações dos balancetes mensais durante o ano de 2025 feitas pelo Conselho Fiscal, sugeriu que essa discussão fosse adiada para uma próxima reunião dando o tempo necessário para que o Conselho Fiscal faça a análise dos documentos recebidos com a devida cautela, e reputou como inadmissível que todos os balancetes tenham sido aprovados sem que os problemas tivessem sido identificados na época do ocorrido, o Vice -Presidente 'ad hoc' Rui Marson Filho concordou com o conselheiro Ahed e concluiu que teríamos uma grande oportunidade para os devidos esclarecimentos do Conselho Fiscal uma vez que todos os membros do Conselho Fiscal estariam presentes nessa sessão do Conselho Deliberativo da AESJ, o conselheiro Ahed questionou a possibilidade de serem revistas as decisões do Conselho Fiscal sobre os balancetes mensais durante os meses de 2025 e as possíveis motivações políticas desta demanda, o Vice Presidente 'ad hoc' Rui Marson Filho respondeu que, sim, as revisões das decisões dos balancetes seriam possíveis, o conselheiro Rossano concordou com a possibilidade de ouvirmos as motivações do Conselho Fiscal em deixar as contas pendentes de aprovação, o conselheiro Helio Carloto ponderou que o problema não estaria nos demonstrativos fiscais apresentados nos balancetes mensais de forma excelente, e que o nosso grande problema seriam as atitudes, e face às potenciais atitudes irregulares sugeriu que o Conselho Fiscal pudesse se manifestar sobre as atitudes que levaram a pendência de aprovação do balanço de 2025, o conselheiro Abilio fez um contra ponto às alegações do conselheiro Ahed mencionando que os balancetes não seriam absolutos, e que os balancetes poderiam ser revistos juridicamente, mas que antes disso caberia uma auditoria, e se posteriormente houver algum fato que demandasse a revisão isso poderia ser feito, o conselheiro Jose Feris reputou como matérias conflitantes, pois o Conselho Fiscal havia aprovado os balancetes nas apreciações bimestrais durante todo o ano de 2025, mas que após a provocação de determinados conselheiros havia



resolvido colocar uma pendência na aprovação do balanço de 2025, alegando um *modus operandi* não recomendado, e sugeriu aguardarmos as análises dos documentos apresentados e a conclusão da Comissão de investigação que estaria sob a presidência do conselheiro Rossano, o conselheiro Wagner sugeriu ouvirmos os três membros do Conselho Fiscal presentes, e colocarmos em votação o Relatório e Balanço Financeiro 2025 conforme parecer do Conselho Fiscal e parecer da Comissão de Finanças, o conselheiro Andre sugeriu ouvirmos os membros do Conselho Fiscal presentes pois estaríamos indagando o trabalho deles, e seria deselegante não darmos a oportunidade de esclarecimentos, o Presidente Vitor Porto ponderou que tanto Carlos, presidente do Conselho Fiscal, quanto a Sra Eliane Mais, contadora da AESJ, estariam aqui para os esclarecimentos, mas que a palavra caberia aos conselheiros, o conselheiro Alan se posicionou dizendo não ter a expertise contábil tampouco jurídica, e que sua leitura não seria a mais adequada e sugeriu que os próprios membros do Conselho Fiscal fizessem os seus respectivos posicionamentos, o conselheiro João Frigi, comentou que também teria dúvidas sobre a manifestação do Conselho Fiscal e que necessitaria de informações e explicações, o conselheiro Sergio Monteiro refletiu se não seria o caso de dispensar a Sra. Eliane Maia, pois as discussões estariam fora de sua alçada, A Sra. Eliane Maia, contadora da AESJ, se posicionou dizendo que a ética em sua empresa era vista com muito cuidado em sua empresa e declarou-se chocada com as colocações, e reputou como estranhos os comentários feitos no plenário, e reforçou que o trabalho de contabilidade registra os atos e fatos de tudo o que foi recebido ou gasto no clube, confessou estar chateada com o que estaria ocorrendo nesta sessão do plenário, e mais uma vez se colocou à disposição para auxiliar o Conselho Fiscal no encaminhamento de quaisquer documentos necessários, e finalizou dizendo ter um compromisso perante Deus de honrar o seu trabalho com ética e profissionalismo, o Vice Presidente 'ad hoc' Rui Marson Filho esclareceu que o plenário não estaria questionando a idoneidade do trabalho da contabilidade, e que também não estaríamos questionado o balanço fiscal, e que não teríamos dúvidas sobre isso, mas que a dúvida seria sobre o *modus operandi*, de como seria feita a geração dos documentos fiscais, e que esses dados não seriam de responsabilidade da contabilidade, e finalizou dizendo que não estaríamos colocando em dúvida o trabalho feito pelo escritório de contabilidade, e acatando as diversas demandas dos conselheiros o Presidente Vitor Porto solicitou ao presidente do Conselho Fiscal, Carlos, que fizesse os seus esclarecimentos, que iniciou a leitura do seu memorial de defesa técnica do Conselho Fiscal, transcrito a seguir em sua íntegra entre aspas:

“Justificativa para a Não Aprovação do Balanço Anual de 2025 e Distinção frente aos Balancetes Mensais

1. Do Resumo dos Fatos e da Atuação do Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal pautou a sua atuação ao longo do exercício de 2025 pela estrita observância das normas estatutárias e legais. A análise sistemática realizado mês a mês teve por base os balancetes mensais apresentados pela Diretoria Executiva. O exame desses balancetes mensais ocorre de forma perfunctória e por amostragem, servindo como mero acompanhamento aritmético e documental imediato das contas apresentadas.



Ocorre que a análise do Balanço Anual se reveste de natureza jurídica e técnica completamente diversa, exigindo um juízo de valor global sobre a gestão econômico-financeira da entidade, o que justifica a posição técnica adotada por este órgão pela Sugestão de não aprovação das contas anuais diante do conjunto de graves inconsistências detectadas ao longo do exercício.

2. Da Autonomia do Exame do Balanço Anual e a Não Obrigatoriedade de Referendo Automático: É princípio basilar do Direito Associativo e da Teoria Contábil que a aprovação de balancetes mensais não vincula, obriga ou condiciona o Conselho Fiscal a aprovar o Balanço Anual. Os balancetes são peças contábeis provisórias e transitórias. A Reunião Ordinária destinada à apreciação do Balanço Anual (conforme os trabalhos iniciados na Ata nº 275) é justamente o momento em que o Conselho Fiscal tem a oportunidade — e o dever — de rever, consolidar e auditar o trabalho de todo o ano. Trata-se de um exame holístico e definitivo. Defender que a aprovação dos balancetes mensais obriga à aprovação do Balanço Anual equivaleria a esvaziar a competência fiscalizatória e retirar a utilidade do exame do balanço de encerramento do exercício. O ato de aprovação anual é autônomo e soberano, permitindo ao Conselho rever posicionamentos anteriores diante do conjunto consolidado das contas e de factos novos que venham à tona.

3. Das Inconsistências e Irregularidades que Ensejaram a Sugestão de Não Aprovação: A Sugestão de não aprovação do balanço decorre de uma série de apontamentos materiais *realizados por este Conselho em reuniões específicas, os quais não foram devidamente sanados ou esclarecidos pela Diretoria Executiva*: • Irregularidades nos Contratos de Vigilância e Zeladoria (Zanetti e Carrara) – Ata nº 269: Foi constatada a majoração injustificada de valores e a manutenção de um *modus operandi* prejudicial à associação, caracterizado por falhas graves na gestão e utilização da mão de obra terceirizada. • Falta de Controle de Caçambas de Entulho – Ata nº 270: Identificou-se a ausência de controle efetivo sobre a entrada e saída de caçambas de descarte de entulho (com registros atípicos de grande volume num curto espaço de tempo). A falta de auditoria física impede a verificação da real prestação do serviço. • Processo Licitatório do Restaurante do Golfe – Ata nº 275: Foram identificadas desconformidades e ausência de plena transparência nos procedimentos que envolveram a licitação do Restaurante do Golfe. • O Fato Superveniente (Caso "M. L. de Trindade") – Ata nº 274: Somente em fevereiro de 2026, este



Conselho tomou conhecimento oficial, por meio de ofício assinado por Conselheiros Vitalícios, Eleitos e Sócios, de graves denúncias envolvendo a referida empresa, com indícios de conflito de interesses e favorecimento.

4. Do Recebimento Tardio e Ausência de Documentos (Ofício nº 0033/2026-CF): A reforçar a impossibilidade técnica de aprovação célere do Balanço de 2025, cumpre destacar o panorama documental reportado formalmente em 01 de abril de 2026: • Entrega Intempestiva: O rol de documentos solicitados pelo Conselho há mais de 30 dias (conforme diretrizes das Atas nº 274 e 275) só foi entregue pela Diretoria Executiva no dia 01 de abril de 2026. Diante da diversidade documental, o prazo tornou-se exíguo para as verificações de *integridade e lisura*. • Documentos Ainda Ausentes: Permanecem pendentes de envio os documentos solicitados na Ata nº 276, referentes às classificações do Baile do Hawai (7595), Baile de Carnaval (7609) e a linha nº 24 da relação de notas fiscais de contratos. • Aguardando Comissão Especial: Quanto ao caso "M. L. de Trindade", o Conselho aguarda a conclusão dos trabalhos da Comissão Específica criada para apurar os fatos para poder concluir a sua análise com a devida segurança jurídica. Ficou expressamente ressalvado que este Conselho poderá rever a sua posição de Sugestão pela não aprovação após a devida análise de todo o acervo documental apresentado, o que afasta qualquer caráter impositivo e reforça o compromisso com o devido processo de auditoria.

5. Da Fundamentação Legal e Técnica: • Código Civil (Art. 54, V): Garante a competência dos órgãos de controle para a aprovação ou rejeição das contas. A lei exige uma prestação de contas fidedigna e transparente. • Dever de Diligência (Art. 153 da Lei 6.404/76 - aplicado subsidiariamente às Associações): Os membros do Conselho Fiscal devem exercer as suas funções com cuidado e diligência. Aprovar contas no escuro, sem tempo hábil para analisar documentos entregues tardiamente e com graves denúncias pendentes, violaria este dever legal.

6. Conclusão: Em suma, o Conselho Fiscal defende a estrita legalidade e a necessidade técnica da sua postura. Em que pese a Diretoria Executiva queira atribuir cunho político à não aprovação do Balanço, este órgão reitera que tais irregularidades vêm sendo informadas e registradas há quase 01 (um) ano, muito antes de qualquer momento eleitoral que atualmente se vivencie. A aprovação dos balancetes mensais não retira do Conselho a prerrogativa de sugerir a não



aprovação do Balanço Anual. Somos responsáveis por analisar e fiscalizar a correta destinação e o uso do dinheiro dos sócios, e é rigorosamente isso que buscamos fazer. O órgão agiu em estrito cumprimento do seu dever estatutário e legal, visando unicamente a proteção do patrimônio da Associação e a transparência perante todos os seus associados.”

Após a leitura do seu memorial o presidente do Conselho Fiscal, Carlos, e, com a anuência do Presidente Vitor Porto, solicitou a presença do Sr. Leonardo, do Conselho Fiscal, que se declarou advogado na cidade de São José dos Campos, e que havia atuado como conselheiro fiscal na Fundação Cassiano Ricardo, e que estaria ativo como conselheiro fiscal da AESJ no último biênio, e concordou com a colocação dos conselheiros de que a contabilidade estaria correta, mas que haveriam inconsistências concretas para a sugestão de não aprovação do balanço fiscal do ano de 2025, *principalmente devido a documentos faltantes, e que os balancetes haviam sido aprovados com a condicionante de receberem os documentos complementares, e que haviam sido apontadas irregularidades na Ata 269 referente ao contrato de vigilância e zeladoria junto as empresas Zanetti e Carrara, onde foram identificadas majorações injustificadas, citou ainda a Ata 270 que identificou a falta de controle efetivo sobre a entrada e saída de caçambas de descarte, onde foi identificado enormes volumes de descarte atingindo o ápice de 25 (vinte e cinco) caçambas em um único dia, e na Ata 275 onde foram identificadas desconformidade e ausência de plena transparência na licitação do restaurante do Golfe, e mencionou o edital criado pela Diretoria Executiva que determina datas de entrega de propostas, dizendo que a Diretoria Executiva não havia feito o controle efetivo de entrega de envelopes, e que após 30 (trinta) dias corridos a Diretoria Executiva deveria ter feito a abertura dos envelopes, e que a data de encerramento caiu em um domingo, mas que na segunda-feira subsequente os envelopes não haviam sido abertos, ou seja os envelopes deveriam ter sido abertos no dia 16/06/2025, mas a data não havia sido registrada, e que em ata posterior havia sido registrado somente a vencedora da licitação, e alegou que a Diretoria Executiva havia quebrado a regra do edital, e continuou dizendo que havia uma proposta com melhores condições financeiras para a AESJ que não foi aceita, da Sra. Erika que atua no PiT São José dos Campos, e que a Diretoria Executiva havia feito uma renúncia sobre o pagamento de 48 meses de aluguel para a vencedora Cantina da Nena em contrapartida de investimentos na cozinha do restaurante do Golfe, e comentou que faltaria publicidade do ato praticado por não terem considerado os envelopes com as melhores condições financeiras para a AESJ, e finalizou dizendo que a falta de aprovação não teria cunho político algum, em seguida o Presidente Vitor Porto concedeu a palavra ao Sr. Moraes, membro do Conselho Fiscal, que se declarou sócio da AESJ desde o ano de 2003 e que estaria atuando no Conselho Fiscal a mais de 7 (sete) anos, e que apesar da sua pouca experiência havia ajudado no que pudera, e comentou que o Conselho Fiscal não estaria estabelecido para atrapalhar os trabalhos da Diretoria Executiva, e que em várias ocasiões haviam solicitado reuniões com os membros da Diretoria Executiva para o acerto dos pontos dúbios, e que a preocupação principal teria sido com os contratos, e comentou sobre a mudança de atitude à partir de meados de 2024, pois até então tudo teria sido sanado sem maiores problemas, mas que ao final de 2024 começaram os problemas: que haviam sido feitos 7 (sete) contratos*



com a empresa Zanetti, sendo 6 (seis) para o clube de campo Santa Rita e um para o ginásio, e questionou o motivo tantos contratos diferentes, e qual o motivo do número de funcionários ter sido determinado pela AESJ, e comentou que teria vindo pessoalmente fazer uma checagem do número de pessoas que estariam presentes no mês de março de 2025, e foi verificado *in loco* que a quantidade funcionários não condizia com a quantidade do estipulada no contrato, e foi verificado que a empresa havia colocado o número de pessoas necessárias e não o número de pessoas que estariam no contrato, e mencionou que havia questionado pessoalmente a empresa Zanetti sobre a diferença no número de pessoas, e que a resposta havia sido de que a empresa fazia o que havia sido demandado, e que o ocorrido havia sido documentado em ata encaminhada à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, mas que após alguns meses nada havia acontecido, e que após uma conversa com os membros da Diretoria Executiva havia sido acordado que em julho teríamos uma outra empresa, mas para espanto dos membros do Conselho Fiscal havia sido firmado um novo contrato com a empresa *Zanetti e ainda havia sido incluída a empresa Carrara, ou seja, ao invés de diminuirmos a quantidade de contratos tivemos uma duplicação*, e comentou que esse fato havia sido relatado em ata, pois houve um acréscimo de R\$20.000,00 (vinte mil Reais) neste tipo de despesa, lembrou que o Conselho Fiscal havia questionado diretamente a Diretoria Executiva, pois em 2024 a empresa Zanetti havia recebido R\$1.870.000,00 (um milhão oitocentos e setenta mil Reais) considerado um valor elevado, mas que em 2025 a empresa Zanetti havia faturado R\$2.219.092,00 (dois milhões duzentos e dezenove mil e noventa e dois Reais), e que somando a despesa com as duas empresas o acréscimo teria sido de R\$715.000,00 (setecentos e quinze mil Reais), ou seja um total de R\$2.585.851,94 (dois milhões quinhentos e oitenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e um Reais e noventa e quatro centavos) com as empresas Zanetti e Carrara, e lembrou que em seu tempo de caserna havia um soldado escalado somente para o controle das caçambas, e informou que o aumento do custo com as caçambas entre 2024 e 2025 havia sido de R\$321.523,58 (trezentos e vinte e um mil quinhentos e vinte e três Reais e cinquenta e oito centavos), e que apesar das demandas ainda não haviam recebido o método do controle de saída das caçambas, e concluiu dizendo que teria muita coisa a ser justificada, e que e que os fatos apontados pelo Conselho Fiscal foram apontados ao longo de vários meses, na sequência o Presidente Vítor Porto passou a palavra aos questionamentos do plenário do Conselho Deliberativo da AESJ, o conselheiro Jose Feris, comentou que a falta de esclarecimentos por parte das diretorias executivas seria um fato recorrente e lembrou o que em fevereiro de 2019 ele e o conselheiro Jorginho haviam questionado a então diretoria executiva para que apresentassem os balanços fiscais do baile do Havaí e do carnaval, e que as respostas havia sido entregues tardiamente, e lamentou dizendo que seria uma prática existente na AESJ, e que isso não teria sido exclusividade da gestão atual, e finalizou dizendo que os presidentes e diretores do clube são voluntários com suas atribuições e responsabilidades particulares, e por esse motivo, sem o tempo adequado para acompanhar as atividades no clube, e que, portanto, o *modus operandi* seria de muito tempo, neste momento a Sra. Eliane Maia, contadora da AESJ, pediu a palavra dizendo que estaria feliz, pois a contabilidade da AESJ não estaria sendo colocada em questão, e julgou que o que estaria sendo discutido nesta sessão do Conselho Deliberativo da AESJ não necessitaria de sua presença e pediu para se ausentar, o Presidente Vítor Porto concordou e agradeceu a participação da contadora, e voltou a palavra ao plenário, o



conselheiro. Ahed comentou que ouvira atentamente as palavras dos membros do Conselho Fiscal, e reputou como palavras muito interessantes, pois não haviam justificado, em nada, a rejeição do balanço fiscal de 2025, e que as críticas eram de como o presidente da Diretoria Executiva estaria trabalhando no clube, criticando a administração, e que não haviam sido apontadas irregularidades fiscais, mas sim a administração do atual presidente, e questionou o real motivo das críticas aos valores pagos nas caçambas e do número de funcionários alocados pelas empresas prestadoras de serviço, e que tudo isso não justificaria a reprovação do balanço fiscal, e que se em março e abril de 2025 já haviam identificado irregularidades e continuaram até o final do ano, porque agora haviam deixado as contas pendentes, e finalizou dizendo que apesar de não ter a justificativa da não aprovação do balanço considerou as críticas à atual gestão como parte do processo democrático, o Presidente Vitor Porto passou a palavra ao diretor financeiro e vice-presidente, Rodolfo, que justificou sua presença pois estaria substituindo o presidente Frederico Guratti nesta sessão do *Conselho Deliberativo da AESJ*, e iniciou suas respostas dizendo que os números apresentados não poderiam ser negados, no entanto, os membros do Conselho Fiscal não haviam elencado os motivos do aumento do efetivo dos prestadores de serviço nas dependências do Santa Rita, e justificou esse aumento de efetivo explicando que havíamos triplicado o número de pessoas nas dependências do Santa Rita, e que com isso foi necessário termos mais seguranças, salva vidas, comissionados, e que a Diretoria Executiva estaria presando por todas essas necessidades, e se que se houvesse a necessidade de aumentarmos esse efetivo, isso seria feito, e comentou que um comparativo entre os gastos em 2024 e 2025 não seria razoável, e que caso esse comparativo fosse pertinente, teríamos um déficit no balanço fiscal de 2025, e continuou respondendo que em relação às caçambas a atual diretoria executiva havia autorizado a remoção do entulho acumulado durante anos, próximo ao T-Shot da raia 9/18 do golfe, em anos precedentes os: galhos, folhas, podas das árvores, tudo era descartado nesta área, e explicou que não teriam sido as caçambas os custos mais elevados, e sim as máquinas e escavadeiras com custo de R\$20.000,00 (vinte mil Reais) por 10 (dez) dias de trabalho, e que haviam sido retiradas várias toneladas de entulho e que esse trabalho havia durado vários meses, e que após essa limpeza teríamos agora ponto para a prática de eventos náuticos, e citou o evento realizado pela equipe de canoagem e caiaques que utilizaram essa nova área como ponto de preparação e partidas das embarcações que rodaram o rio Paraíba, e que os sócios haviam começado a utilizar um espaço que antes era um "lixão", e que as críticas foram baseados em um comparativo de gastos inexistente em anos precedentes, e finalizou respondendo sobre a contratação da Cantina da Nena como o novo prestador de serviço do restaurante do Golfe, e explicou que havia sido a comunidade de golfistas que havia escolhido a Cantina na Nena, e que todos os golfistas estariam satisfeitos com este novo prestador de serviços, e que em sua opinião pessoal, como frequentador, esta escolha havia sido a decisão correta, com os valores de aluguel próximos aos da concorrência, informou, ainda, que em contrapartida: os móveis já teriam sido trocados; e a decoração de acordo com o projeto arquitetônico ainda estaria pendente, no entanto, explicou que a permuta de alugueis para a ampliação da cozinha, foi feita *a posteriori*, com a vantagem de que a propriedade dessa ampliação seria da AESJ, em seguida o Presidente Vitor Porto passou a palavra para a diretora de obras e manutenções, Adriana, que respondeu que estaria orgulhosa por tudo o que havia sido feito, e que, no momento em

que havia assumido a função havia discutido o assunto com os colegas da Diretoria Executiva, e que haviam decidido que todo o descarte do entulho da AESJ seria feito da forma legal, ou seja, com a emissão da CTR-Control de Transporte de Resíduos, que seria um documento comprobatório de que o entulho havia sido coletado por uma empresa autorizada e que seria levada a um local licenciado como um CPR-Centro de Processamento de Resíduos que emitiria um CDR-Certificado de Destinação de Resíduos, e que ela havia se proposto a fazer tudo da forma correta, e lembrou que agora as podas de árvores seriam feitas de forma regular, com a obtenção da licença anual de podas de nossas árvores, e que, antigamente, tudo teria sido feito sem essa licença e todo o entulho teria sido descartado no fundo do clube durante vários anos, e explicou que havia contratado empresas autorizadas para a coleta e descarte no CTR de Santa Branca, e que tudo estaria registrado no site 'coleta online' da prefeitura da cidade de São José dos Campos, e confirmou que os custos desse descarte regulamentado utilizando entre 9 (nove) a 12 (doze) caçambas por mês foram pagos pela AESJ, e enfatizou que agora o clube de Campo Santa Rita estaria regulamentado com o controle fotográfico da gestão do entulho e das podas das árvores, e aproveitou para informar que a partir de maio de 2026 o clube estaria utilizando plataformas elevatórias para as podas das árvores em todo o clube, incluindo o golfe, e continuou explicando que havia se disposto a assumir a diretoria de manutenções e obras devido à sua experiência, e que precisaria de ajuda, e que frequentaria o clube para melhorá-lo para todos nós, e que caso alguém tivesse dúvidas ela estaria à disposição, e que preferiria isso às críticas vazias, e que não precisaria se defender pois não havia feito nada de errado, e mencionou o caso ocorrido da poda das árvores entre o condomínio Jardim do Golfe na raia 1/10 do nosso campo de golfe, e que ela teria se posicionado contrária à poda das árvores pelas equipes de manutenção da AESJ, pois sabia de antemão os custos do descarte deste material, e informou que as podas e descarte das árvores da raia 1/10 foram realizadas por empresas contratadas pelo condomínio Jardim do Golfe e que todos as caçambas haviam saído do clube de Campo Santo Rita com as devidas CTR's documentadas na secretaria da AESJ para quaisquer eventualidades, e finalizou suas explicações dizendo que, apesar da carga de trabalho, não teria vindo ninguém para ajuda-la, mas que havia percebido a facilidade em tecer críticas, mas que continuaria, pois seria uma sócia que 'ama o clube e ama o que faz', em seguida o Presidente Vitor Porto voltou a palavra ao plenário do Conselho Deliberativo da AESJ, o conselheiro Almir comentou que o contrato com a empresa Zanetti seria muito antigo e estranhou o fato de somente agora ter sido um problema, o conselheiro Sergio Monteiro, comentou que ouvindo a diretora de manutenção e obras, Adriana, havia voltado ao passado e lembrou dos tempos em que havia sido vice presidente, conselheiro, diretor de esporte, e que a cadeira de presidente da Diretoria Executiva teria sido especial, pois quando ele avistava um funcionário varrendo havia aprendido que isso não seria uma tarefa simples de remoção do lixo, e lembrou que havia ficado surpreso com o custo da remoção do lixo, e que havia questionado o funcionário responsável pela coordenação da poda das árvores, rente ao rio Paraíba com o objetivo de melhorar a paisagem, sem normas técnicas, e que mesmo naquela época ficou muito caro, e comentou que agora, com as normas mais rígidas o custo deveria ter ficado ainda maior, e continuou perguntando ao diretor financeiro, Rodolfo, se ele saberia precisar qual seria a relação dos custos de funcionários com relação às receitas da AESJ, lembrando que no passado a AESJ, na época em que tínhamos 100% (cem por cento) dos colaboradores



no regime CLT essa relação teria sido de até 75% (setenta e cinco por cento) e que com muito esforço haviam baixado essa relação para 50% (cinquenta por cento), primeiramente o diretor financeiro, Rodolfo, respondeu prontamente que o custo dos funcionários da AESJ mais os terceirizados estaria entre 30% a 40% (trinta a quarenta por cento) do valor da receita, o conselheiro Sergio Monteiro reputou o valor como sendo de “um cheque de valor elevado”, mas que percentualmente seria um valor bastante razoável, e após uma breve consulta do balanço, o diretor financeiro, Rodolfo, confirmou que a relação seria de 30% (trinta por cento), o conselheiro Abilio comentou que estaríamos discutindo a recomendação da não aprovação do balanço fiscal de 2025, mas que apesar de apreciar o restaurante do golfe, perguntou se o edital havia sido cumprido lembrando que haviam sido apresentadas propostas de valores melhores para a AESJ enfatizando que se havia um edital ele deveria ter sido seguido, o diretor financeiro, Rodolfo, respondeu dizendo que haveriam outros critérios além dos valores, e que, sim, o edital havia sido cumprido, o conselheiro Abilio continuou sua fala dizendo *que conhecia o conselheiro Jose Feris a muito tempo e que o respeitaria muito, mas que discordava da sua fala, considerando que se o *modus operandi* estaria errado desde antes, que nós não poderíamos agora aceitar uma falha de muito tempo e criticar o que foi colocado pelo Conselho Fiscal, mas, sim, que deveríamos exaltar o que havia sido feito, o conselheiro Ahed lembrou que durante a “fase amadorística” do clube as contas eram submetidas ao Conselho Deliberativo e aprovadas ou reprovadas com críticas de forma não nominal, e considerou que o Plano Diretor seria um divisor de águas para uma nova gestão, o conselheiro Jorginho comentou que não havia escutado recomendações do Conselho Fiscal e que teria a impressão de que os levantamentos apresentados haviam sido coletados para serem apresentados neste momento especial, o conselheiro André concordou com o conselheiro Abilio sobre o rigor na aplicação do edital, enfatizando que o item 4 do edital contemplaria a revitalização da cozinha do restaurante do golfe como item mínimo do investimento, o conselheiro Toyama comentou que teria havido uma ampliação da cozinha do golfe além da revitalização da cozinha existente, o conselheiro André finalizou dizendo que isso não havia sido levado ao conhecimento dos outros concorrentes, o conselheiro Cyborg informou que estaria disponível para ajudar, mesmo após as eleições, e reforçou a necessidade de termos os processos adequados que assegurem o crescimento da AESJ, e se mostrou decepcionado pelo fato de sua minuta de resolução com uma proposta do projeto de compliance de compras não ter sido distribuído conforme solicitado, e comentou que não sabia sobre as caçambas e que isso precisaria ser melhor divulgado, o Presidente Vitor Porto respondeu que havia feito a distribuição restrita da minuta de resolução, e que o conselheiro Abilio não havia tido tempo para preparar um parecer antes do envio da agenda desta reunião do conselho, e se comprometeu a fazer a distribuição para todos os conselheiros, o Sr. Leonardo, membro do Conselho Fiscal, respondeu ao conselheiro Jorginho que as recomendações sobre a necessidade de fiscalizar os contratos da empresa Zanetti, bem como a fiscalização da saída das caçambas constam nas atas 269 e 270 do Conselho Fiscal, e o Sr. Moraes, membro do Conselho Fiscal, informou que os relatórios da Diretoria Executiva haviam sido entregues na semana anterior a essa reunião, e que tudo o que havia sido dito não consideraria o conteúdo do relatório da diretora de manutenção e obras, Adriana, o conselheiro Aldari, diante do que acabara de ser informado pelo Sr. Moraes, membro do Conselho Fiscal, reputou como impertinente a votação do Relatório e Balanço Financeiro 2025 conforme parecer*

do Conselho Fiscal, pois o Conselho Fiscal não havia tido tempo hábil para analisar as respostas da Diretoria Executiva, diante das ponderações e discussões no plenário do Conselho Deliberativo da AESJ, e visto que os documentos haviam chegado tardiamente para uma análise adequada do Conselho Fiscal, o Presidente Vitor Porto decidiu colocar em votação a sugestão do adiamento do item **g)** de ***"Apreciar, debater e deliberar o Relatório e Balanço Financeiro 2025 conforme parecer do Conselho Fiscal e parecer da Comissão de Finanças, inciso V do artigo 67 do Estatuto Social, aprovar ou rejeitar as contas do Exercício 2025"***, sendo a sugestão do adiamento aprovada pela maioria, com 12 (doze) votos contrários, em seguida o Presidente Vitor Porto retomou os itens remanescentes da pauta. **e) Conhecer, debater e aprovar** proposta de aumento do valor do título patrimonial, o Presidente Vitor Porto informou que o proponente, conselheiro Daniel, não pode estar presente na reunião por estar em recuperação de um procedimento dentário, mas que o proponente havia sugerido para que o Conselho Deliberativo deliberasse sobre a sua proposta de aumento do preço dos títulos em *conjunto com as análises financeiras do Plano Diretor da AESJ*, o conselheiro Marcelo comentou que em vista da quantidade de associados que estão frequentando o clube seria conveniente suspender as vendas dos títulos e deixar que o mercado balizasse o valor do título, e comentou que havia questionado alguns associados, e que não havia obtido respostas positivas sobre a aquisição do título por R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais), e sem outras ponderações o Presidente Vitor Porto colocou a sugestão da suspensão deste item da pauta, sendo a sugestão aprovada por unanimidade. **f) Conhecer, debater e aprovar** calendário de atividades vinculadas ao Plano Diretor da AESJ, o Presidente Vitor Porto informou que alguns conselheiros haviam solicitado o exemplar do Plano Diretor em formato impresso, e que estes exemplares já haviam sido disponibilizados, em seguida pediu ao o diretor de planejamento, Rafael, que ele ficasse à disposição para sanar as potenciais dúvidas dos conselheiros, e sem questionamentos o calendário de atividades vinculadas ao Plano Diretor da AESJ foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **h) Conhecer, debater e aprovar** Ofício nº 3718/DIR – Ref. Apresentação do projeto de reforma dos vestiários do clube, o Presidente Vitor Porto pediu ao diretor de planejamento, Rafael, e à, diretora de manutenção e obras, Adriana, que fizessem a apresentação do projeto da reforma dos vestiários, o diretor de planejamento, Rafael, iniciou agradecendo a aprovação do calendário do Plano Diretor e a oportunidade de apresentar o projeto de reforma do vestiário, e expôs a sua opinião sobre a venda dos títulos patrimoniais pois esta entrada de recursos financeiros seria necessária para as obras planejadas, e lembrou que a reforma do vestiário seria uma das prioridades identificadas na proposta do Plano Diretor da AESJ, e informou que o clube necessitaria de reformas urgentes, e mencionou que o problema atual seriam as estruturas de mais de 70 (setenta) anos com uma série de manutenções paliativas, que o vestiário necessitaria de uma reforma mais consistente, em seguida procedeu à sua apresentação dos slides com as imagens arquitetônicas e com as melhorias que seriam objeto da reforma do vestiário, e que a reforma contemplaria somente o vestiário central e os mictórios do salão social, e que o clube contaria com pontos de apoio de mictórios localizados, reduzindo os custos de manutenção, e concluiu informando que o projeto sugeriria uma reforma completa, pois não seria possível continuar com soluções paliativas, a diretora de manutenções e obras, Adriana, informou que a reforma seria somente na parte interna, com a inversão do lado masculino com o lado feminino,



otimizando a disponibilidade dos boxes sanitários devido à maior necessidade de ventilação no vestiário feminino, e que seriam disponibilizados boxes sanitários inclusivos para o acesso de cadeirantes, e que seriam utilizadas peças de marmoraria simétricas para a redução dos custos, e que seria disponibilizado um espaço para armazenamento de equipamentos, e que seriam separados os espaços vestiários dos toilettes do salão social, e que não haveria nenhuma ampliação o perímetro existente, e que, de acordo com as demandas dos associados, seria criado um espaço 'banheiro família' que acomodaria as necessidades sem constrangimentos, e que seria criada um espaço para a equipe de plantonista que atualmente não tem um local apropriado, e que a adequação do esgoto seria feita com a remoção de piso, e que a criação do projeto hidráulico possibilitaria as futuras intervenções, e que o aquecimento d'água seria trocado para gás ou invés de chuveiros elétricos de alto consumo de energia, e que a reforma seria: uma melhoria para o associado; uma redução dos custos de manutenção preventiva; uma eficiência operacional; e uma valorização do clube, e concluiu informando que o custo total previsto para essa reforma seria de R\$814.000,00 (oitocentos e quatorze mil Reais) incluindo material, mão-de-obra e infra estrutura, e que o prazo estimado para a conclusão da reforma seria de 120 (cento e vinte) dias, o conselheiro Rossano perguntou se a quantidade de vasos sanitários estaria dentro da legislação, a diretora de manutenções e obras, Adriana, respondeu que todo o levantamento da necessidade de chuveiros, boxes e mictórios, haviam sido feito pela empresa de arquitetura, considerando a frequência de visitas dos associados, mas que em caso de aumentado do número de associados deveríamos partir para uma ampliação, o conselheiro Rossano ponderou que as obras previstas no plano diretor deveriam atender as necessidade do clube a longo prazo, a diretora de manutenções e obras, Adriana, respondeu que o estudo havia sido feito baseado no número de associados existentes, mas que teríamos espaço disponível para ampliações, o conselheiro Sergio Monteiro ponderou que o toilette do salão social iria ficar menor, e perguntou se o cálculo de número de pessoas havia considerado os picos de utilização do carnaval, e comentou que poderíamos ter longas filas de espera, e perguntou, também, como seria resolvida a questão do esgoto, a diretora de manutenções e obras, Adriana, respondeu que não poderia criar uma estrutura baseada em um pico de utilização que ocorreria uma ou duas vezes ao ano, e que o número de boxes sanitários não havia sido diminuído, mas, sim, a quantidade de chuveiros, e que, em relação ao esgoto, o estudo feito havia sido embasado no esquema hidráulico total do esgoto clube, e que todas as obras planejadas no clube ainda considerariam o terminal de fossa com sumidouro, no entanto que toda a hidráulica a montante da fossa estaria sendo realizada prevendo uma futura obra de ligação à rede de esgoto da cidade, e que estariam encontrando tubulações obstruídas pelas raízes das árvores, no entanto que os trabalhos que estariam sendo feito seriam de longo prazo, o conselheiro Humberto questionou que se a ideia não seria o de reduzir o número de células e sim reformar o existente, o que seria feito com a hidráulica das reformas dos outros mictórios do clube, a diretora de manutenções e obras, Adrian, respondeu que todo o esgoto coletado do clube de Campo Santa Rita iria para o mesmo local, o conselheiro Abilio, perguntou se na aprovação do projeto de reforma teríamos a execução inclusa, o Presidente Vitor Porto respondeu que, sim, a execução estaria inclusa, o conselheiro Abilio alertou para o fato de termos aprovado um budget de R\$200.000,00 (duzentos mil Reais) para a reforma do vestiário e que o novo orçamento de R\$714.000,00 (setecentos e quatorze

mil Reais) estaria bem acima do que havia sido aprovado no orçamento anterior, e que havíamos tido um problema com o orçamento da sauna, e sugeriu que fosse criada uma comissão para a análise do projeto para não incorrermos no mesmo erro, o conselheiro Marcelo questionou sobre o valor limite de obras que poderiam ser executadas sem a aprovação do Conselho Deliberativo, o Presidente Vitor Porto respondeu que seriam obras no valor limite de 400 mensalidades, o conselheiro Marcelo continuou dizendo que o clube havia apresentado um superavit de aproximadamente R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil Reais) e que a Diretoria Executiva deveria colocar a reforma do vestiário com prioridade “5”(cinco), e o banheiro do futebol com prioridade “1”(um), e que o banheiro do futebol poderia ser reformado sem passar pelo conselho, o diretor financeiro, Rodolfo, respondendo ao questionamento do conselheiro Abilio, e mencionou que, de fato, a Diretoria Executiva havia orçado um valor bem mais baixo para a reforma do vestiário, mas que os resultados financeiros positivos, haviam motivado uma reforma mais robusta e adequada para o momento da AESJ, o conselheiro Alan concordou com o conselheiro Abilio e lembrou as discussões constantes sobre adendos aos orçamentos de obras aprovadas no Conselho Deliberativo e que gostaria de ter mais tempo para analisar os possíveis impactos da obra, estudar mais o projeto e avaliar e aprovar com essas nuances, e questionou se as empresas que iriam realizar as obras seriam terceirizadas e se havia sido aberta uma concorrência, o diretor de planejamento, Rafael, respondeu que no caso da sauna, a comissão criada havia decidido aproveitar alguns itens de hidráulica, metais e marmoraria, e que no caso do orçamento da reforma dos vestiários havia sido decidido que faríamos uma intervenção mais ampla, e que no caso dos vestiários já haviam sido utilizadas as lições aprendidas com orçamento da sauna, e continuou respondendo que ainda não teríamos todos os fornecedores definidos, e que teríamos somente valores indicativos baseados em preço de mercado, e que ainda não havíamos feito as cotações finais, o conselheiro Alan perguntou sobre quem iria gerenciar a obra, a diretora de manutenções e obras, Adriana, respondeu que seria contratado um administrador profissional para esta obra, o Vice Presidente ‘ad hoc’ Rui Marson Filho parabenizou a diretoria executiva pelo projeto que contemplou as necessidades dos associados, mas que havíamos tido muitos erros no passado, e apesar de ser mais do que sabido que precisamos reformar os vestiários e mictórios, que necessitaríamos de algo mais para aprovar um projeto como este, e que precisaríamos de um planejamento, pois é sabido que a área fria seria o item de maior valor em obras em geral, e sugeriu que fosse apresentado um memorial técnico descritivo com a sua precificação e um cronograma físico financeiro, e que desta forma poderíamos aprovar o projeto com os valores pré-estabelecidos, a diretora de manutenções e obras, Adriana, respondeu que o projeto apresentado seria um norte com uma estimativa, e que atualmente teríamos condições de comprar diretamente dos fabricantes, e que as cotações finais ainda seria feitas, e que todos da Diretoria Executiva saberiam da deficiência no acompanhamento das obras, e que ela, pessoalmente, não teria tempo disponível para um acompanhamento diário e adequado para esta obra, o Vice Presidente ‘ad hoc’ Rui Marson Filho solicitou que fosse providenciado um memorial para que pudéssemos saber se haveria um erro máximo de 10% (dez por cento) e não 50% (cinquenta por cento) como nos orçamentos precedentes, o diretor financeiro, Rodolfo, informou que os valores apresentados teriam sido cotados item a item para termos os preços de referência, ou seja, que os preços das cotações finais seriam iguais ou inferiores aos valores de referência, o conselheiro Rubens



ponderou que a proposta da reforma dos vestiários teria sido apresentada em um momento político de mudança, e sugeriu que esse projeto fosse votado após o período de eleições, o conselheiro Bispo parabenizou a equipe pela elaboração do projeto de reforma dos vestiários e com relação aos questionamentos sobre a quantidade do número de boxes, chuveiros e mictórios adequados no toilette, informou que existiriam escritórios que fariam essa análise, e que um bom profissional poderia garantir uma redução de 5% (cinco por cento) do valor orçado inicialmente, finalizando o diretor de planejamento, Rafael, respondeu que teríamos que rever os processos para contemplar os outros banheiros do clube, reforçando o convite para que os conselheiros revisitassem a proposta do Plano Diretor da AESJ, o conselheiro Rubens se posicionou a favor do adiamento da aprovação do projeto, e sem outras perguntas o Presidente Vitor Porto colocou a sugestão de adiamento do Ofício nº 3718/DIR – Ref. Apresentação do projeto de reforma dos vestiários do clube, sendo a proposta aprovada por unanimidade. **i) Conhecer** Ofício nº 3715/DIR – Ref. Resposta - Ofício nº 2112/CD/2026 – *Esclarecimentos – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA*, o Presidente Vitor Porto informou que com o falecimento do ex-diretor de segurança e prevenção de acidentes, Edinho, a diretora de obras e manutenções, Adriana, passaria a cumular essa função, e sem outros comentários o Ofício nº 3715/DIR Ref. Resposta e o Ofício nº 2112/CD/2026 – *Esclarecimentos – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA* foram dados como conhecidos. **j) Conhecer** Ofício nº 3717/DIR - Ref. Resposta ao Ofício nº 2118 CD – AESJ – 2026: Balanço Financeiro Evento Baile do Hawaí e Prévia Carnaval, o Presidente Vitor Porto informou que no baile do Hawaí houve uma receita total de R\$101.975,00 (cento e um mil novecentos e setenta e cinco Reais) e despesa de R\$172.147,12 (cento e setenta e dois mil cento e quarenta e sete Reais e doze centavos) o balanço prévio do carnaval haveria gerado um superavit preliminar de R\$223.106,90 (duzentos e vinte e três mil cento e seis Reais e noventa centavos), e em seguida passou a palavra ao plenário do Conselho Deliberativo, o Vice Presidente 'ad hoc' Rui Marson Filho ponderou que os motivos do déficit do baile do Hawaí de aproximadamente R\$75.000,00 (setenta e cinco mil Reais) teriam sido os benefícios concedidos, e que haveria uma resolução limitando os benefícios aos conselheiros e diretores da AESJ, mas que os benefícios haviam sido estendido desrespeitando a resolução, o conselheiro Rossano perguntou sobre os percentuais da partilha do carnaval entre os parceiros e a AESJ, o diretor financeiro, Rodolfo, respondeu que o acordo da partilha teria sido de 25% (vinte e cinco por cento) para cada parceiro e 50% (cinquenta por cento) para a AESJ, o conselheiro Sergio Monteiro, perguntou se os parceiros participariam na despesa de energia elétrica, o diretor financeiro, Rodolfo, respondeu que a energia elétrica teria sido totalmente custeada pelo clube, o conselheiro Bispo ponderou que o lucro do carnaval de aproximadamente R\$66,00 (sessenta e seis Reais) por título talvez não compensasse todas as responsabilidades que envolveriam a realização do carnaval nas dependências do clube de Campo Santa Rita, o Presidente Vitor Porto mencionou que o mesmo questionamento havia sido feito no passado, e sem outros comentários o Ofício nº 3717/DIR - Ref. Resposta ao Ofício nº 2118 CD – AESJ – 2026: Balanço Financeiro Evento Baile do Hawaí e Prévia Carnaval foi dado como conhecido. **k) Conhecer, debater e deliberar** sobre a eliminação de associados conforme Ofício nº 3719/DIR em conformidade com o Art.66 inciso "i", Art.43 § 1º e 3º inciso "d" do Estatuto Social, o Presidente Vitor Porto informou que por

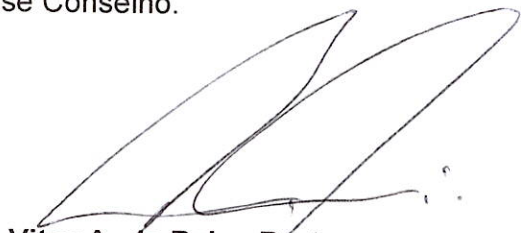


curiosidade questionou o motivo das eliminações e que havia sido informado que as pessoas haviam sido acessadas e não haviam manifestado o interesse em continuar pagando as mensalidades, e sem manifestações o Ofício nº 3719/DIR foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **i) Assuntos de interesse da AESJ.** O Presidente Vitor Porto abriu a palavra aos membros do conselho, o conselheiro Wagner constatou que o Instagram no clube estaria com uma média de 5 (cinco) inserções por dia no período de eleições, e que quando se colocam contestações, como havia sido feito no caso da reforma dos banheiros, a postagem teria sido removida, e ponderou se estaríamos em um estado democrático ou de império da AESJ, dizendo que o contraditória faria parte do processo democrático, e mencionou a penhora do título do presidente da Diretoria Executiva, o Presidente Vitor Porto informou que faria um ofício para a Diretoria Executiva sobre o caso do Instagram, o conselheiro Jose Feris ponderou que o título do presidente é de caráter pessoal e que essa matéria deveria ficar fora do Conselho Deliberativo, e que a vida pessoal seria de responsabilidade de cada um, o conselheiro André informou que o documento seria público, pois teria sido despachado no diário oficial, e que isso não infringiria a LGPD, pois um documento público não tem confidencialidade, o conselheiro Jose Feris reputou como injusto trazermos atos de caráter pessoal para dentro do clube, o conselheiro Abilio comentou que talvez essa teria sido a sua última participação como conselheiro e aproveitou para agradecer a oportunidade e lembrou que havia feito parte da aprovação do budget, e que esse conselho deveria verificar se as obras planejadas haviam sido executadas e que nos casos pendentes deveríamos observar os condicionantes, e finalizou desejando sucesso para a comissão designada para analisar os fatos, e que a justiça teria de ser feita de forma factual, pois teria ficado sabendo que uma das empresas colocada no processo não existiria, e que tudo o que havia acontecido neste plenário fosse um marco, e que o próximo presidente fosse cobrado pelos seus atos, o conselheiro Machado se despediu do conselho alegando que gostaria de ter um novo presidente, e sugeriu que na próxima edição do Estatuto Social da AESJ esse tempo fosse limitado a uma gestão de 4 (quatro) anos, o conselheiro André mencionou que a identidade visual da AESJ estaria sendo alterada, e que a cor de identidade visual deveria ser vermelha, e que, no entanto, estariam sendo utilizadas as cores amarela e azul, e que o clube estaria perdendo a sua identidade vermelha e branca, e que, de acordo com o estatuto, quem tivesse infringido que arcasse com os custos deste desrespeito ao estatuto, o conselheiro Rossano alertou que o papel da comissão, na qual seria o presidente, teria o dever de apurar os fatos das irregularidades administrativas, e que a decisão de culpa ou dolo caberia ao plenário do Conselho Deliberativo da AESJ, e que iria ponderar e votar sobre os fatos que deverão ser apresentados por um advogado externo e imparcial que seria contratado para apresentar o relatório a ser submetido para votação, o Vice Presidente 'ad hoc' Rui Marson Filho reforçou que esperaria um profissional imparcial e que este levasse em consideração os fatos e a integridade moral dos atos, o conselheiro Sergio Monteiro comentou que sempre iria levar em consideração a AESJ, mas que as ponderações e votações seriam feitas pelo plenário do Conselho Deliberativo da AESJ, ao final dos comentários dos conselheiros o Presidente Vitor Porto se dirigiu aos queridos conselheiros, membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, funcionários e amigos para externar a sua honra em presidir o Egrégio Conselho Deliberativo da AESJ, dizendo que não haviam sido anos comuns, pois havíamos superado a pandemia, as questões trabalhistas e ambientais em um período

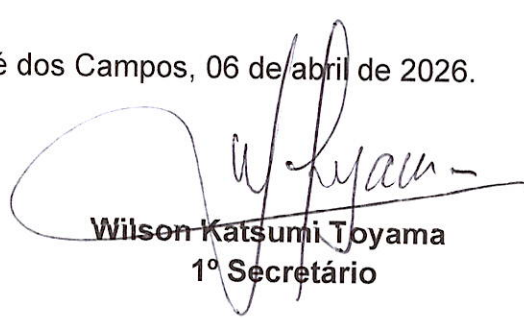


desafiador marcado por muitas incertezas, e que havíamos enfrentado momentos em que decisões precisaram ser tomadas com cautela, equilíbrio e, acima de tudo, responsabilidade, e que havia sido justamente nesses momentos que havia ficado evidente a força desta instituição e das pessoas que a compõem, e que se havia algo que sempre havia procurado preservar teria sido o respeito ao nosso estatuto e, igualmente, o respeito às pessoas, alegando que seriam as pessoas que dariam vida às normas, que construiriam o ambiente institucional e que havia sustentado isso com diálogo, e lembrou das divergências, e de como teria sido natural em qualquer ambiente democrático, mas sempre havia buscado que as divergências fossem conduzidas com civilidade, responsabilidade e compromisso com o bem maior que é a AESJ, e aproveitou para fazer um agradecimento especial aos conselheiros vitalícios, cuja experiência e dedicação teriam sido os verdadeiros alicerces desta casa, aos membros da Diretoria Executiva, pela parceria institucional e pelo trabalho incansável, ao Conselho Fiscal, pela seriedade e rigor técnico no cumprimento de suas funções, a *todos os membros de comissões, permanentes e provisórias, e de forma muito especial*, aos colaboradores: Renata; Reginaldo; e Tania, a quem pediu uma salva de palmas, e a todos que no dia a dia teriam garantido o funcionamento e a continuidade de tudo aquilo que havíamos deliberado, e agradeceu também o querido amigo conselheiro Rui Marson Filho que o havia trazido para esse conselho e ao conselheiro Sérgio Beig que o havia indicado para a vaga de vitalício, aos membros da mesa atual e das outras duas que o haviam apoiado em três mandatos, e que ainda restariam algumas ações, mas que presidindo sua última reunião plenária sairia da função com a consciência tranquila de ter buscado sempre agir com responsabilidade, transparência e respeito à instituição, e mais do que isso, que sairia com a convicção de que esta casa seguiria forte, estruturada e preparada para os desafios que viriam, agradecendo a confiança, pela convivência e pela oportunidade de ter servido, e agradeceu o auxílio divino na condução dos trabalhos, e encerrou a reunião desejando que todos encontrassem seus lares em paz e harmonia, e eu, Wilson Toyama, 1º Secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida, se aprovada, será assinada por quem de direito e incluído no livro de ata desse Conselho.

São José dos Campos, 06 de abril de 2026.



Vitor A. de Paiva Porto
Presidente



Wilson Katsumi Toyama
1º Secretário